

## Eixo Temático: Inovação e Sustentabilidade

### A IMPORTÂNCIA DA SUSTENTABILIDADE PARA AS EMPRESAS DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA: UTILIZAÇÃO DE RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE COM BASE NO GRI - GLOBAL REPORTING INITIATIVE

### THE IMPORTANCE OF SUSTAINABILITY FOR COMPANIES IN THE ELECTRICITY SECTOR: USE OF SUSTAINABILITY REPORTS BASED ON THE GRI - GLOBAL REPORTING INITIATIVE

Leonardo Fabris Lugoboni, Marcus Vinicius Moreira Zittei e Adriana de Toledo Paulino

## RESUMO

O Relatório de Sustentabilidade é um instrumento que visa dar maior transparência às atividades empresariais e ampliar o diálogo da organização com a sociedade, tendo em vista a necessidade que as empresas e organizações têm de comunicar o sucesso e os desafios de suas estratégias socioambientais e a coerência ética das suas operações, é a demonstração utilizada pelas empresas para divulgar e evidenciar suas práticas sustentáveis. A presente pesquisa buscou compreender de que forma as empresas do segmento de energia elétrica, listadas na BM&FBOVESPA como Nível 1 e Novo Mercado de Governança Corporativa divulgam aos interessados seus Relatórios de sustentabilidade. Realizou-se análise documental, através dos Relatórios de sustentabilidade das empresas do setor elétrico: CEEE, Cemig, Cesp, Copel, CPFL, CTEEP, EDP, Eletrobrás, Equatorial, Light, Tractebel e MPX que não possui relatórios. Realizou-se pesquisa dos relatórios das empresas citadas de 2010, 2011 e 2012, onde foi observado uma sutil evolução na divulgação dos indicadores da *GRI-Global Reporting Initiative*, uma vez que são reconhecidos internacionalmente, o que proporciona às empresas maior confiabilidade e transparência em suas informações.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade, Setor Elétrico, Balanço Social, GRI.

## ABSTRACT

The Sustainability Report is a tool that aims to give greater transparency to the business activities and increase dialogue with the organization of society, keeping in mind the need that businesses and organizations need to communicate the success and challenges of their social and environmental strategies and ethical coherence of its operations, the demonstration is used by companies to promote and highlight their sustainable practices. This research sought to understand how companies in the electric energy sector, listed on the BM&FBOVESPA as Novo Mercado (the higher level of Corporate Governance) and Level 1 Corporate Governance disseminate to stakeholders their sustainability reports. Documentary analysis was performed through the sustainability reports of electric companies : CEEE , Cemig , CESP , Copel , CPFL , CTEEP , EDP , Eletrobrás , Equatorial Light , MPX (lacks any base of reports ) and Tractebel . We conducted research reports of companies mentioned 2010 , 2011 e 2012, which was seen a great evolution in the dissemination of the indicators of *GRI - Global Reporting Initiative* , since they are recognized internationally, which gives companies greater reliability and transparency in its information

**Keywords:** Sustainability, Electricity Sector, Social Balance, GRI.

## 1 INTRODUÇÃO

Sustentabilidade é utilizar de forma correta os recursos naturais, sem comprometer o uso desses mesmos recursos no futuro (ELER & MILLANI, 2007; BASSETO, 2010).

Depende de atitude, de cuidados, de conservar o que existe para nossa sociedade. O termo “Sustentabilidade” vem sendo muito utilizado na linguagem das grandes organizações, faz parte da estratégia atender às expectativas dos *stakeholders*. O impacto causado na natureza está sendo cada vez mais analisado tanto pelos órgãos governamentais como pelos não governamentais e a sociedade. A empresa que se preocupa com o planeta, com a sociedade, com o meio ambiente e com questões econômicas, é considerada sustentável (CARREIRA & PALMA, 2012; FARIA & NOGUEIRA, 2012).

O tema sustentabilidade vem sendo bastante discutido e representa grande preocupação, porém muitas vezes as organizações têm se preocupado em manter uma aparência positiva e transparência em relação aos seus *stakeholders*, aumentando as chances de colocar sua imagem frente às suas responsabilidades com a sociedade, meio ambiente e investidores (PEREZ, 2008).

A *GRI - Global Reporting Initiative*, foi fundada em 1997 e é uma organização baseada no desenvolvimento sustentável que criou uma conceituada estrutura para relatório de resultados das organizações focando no tripé da sustentabilidade – as dimensões econômica, social e ambiental (FARIA & NOGUEIRA, 2012).

O setor de energia elétrica, composto basicamente pelos subsistemas de geração, transformação, transmissão, armazenamento, distribuição e consumo final, é desenvolvido por meio de políticas que geralmente pretendem demonstrar que os investimentos objetivam o crescimento econômico e a melhoria das condições de vida da população. A expansão econômica do país está vinculada ao aumento da oferta de eletricidade gerada por investimentos aplicados no setor elétrico e o maior consumo. Tanto a dimensão social quanto a ambiental despertam preocupações, pois a geração e a transmissão causam alterações no ecossistema para atendimento da demanda básica da população causando impactos ambientais (BORGES, 2012).

Dentro deste contexto, esta pesquisa busca responder a seguinte questão: como as empresas de energia elétrica divulgam as práticas sustentáveis? Portanto, o objetivo desta pesquisa será compreender o grau de evidenciação dos Relatórios de Sustentabilidade das empresas listadas e cotadas na BM&FBOVESPA como Nível 1 e Novo Mercado.

Como as empresas de energia elétrica interferem no meio ambiente para atender às necessidades de acesso para construção de barragens (geração de energia) e de torres de distribuição e transmissão de energia elétrica, é de suma importância entender se elas promovem ações que confirmam o papel de empresa socialmente e ecologicamente responsável, se apóia ou patrocina projetos, programas e eventos sociais, culturais e ambientais voltados para a comunidade (MAÇAMBANNI, BELLEN, SILVA, 2013).

Para as empresas de energia esta pesquisa será importante, pois demonstrará a transparência e comprometimento com seus públicos de relacionamento (*stakeholders*). Não significa dizer que uma organização é sustentável só porque ela publica um relatório de sustentabilidade, mas sim que ela está atenta ao que pode e deve melhorar.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 SUSTENTABILIDADE

A percepção da maioria das pessoas é que a sustentabilidade está relacionada apenas às emissões de gases para a atmosfera como, por exemplo, o gás carbônico, e que este é o único risco a que o planeta está exposto. Isto é um equívoco. Em realidade este é o principal problema, mas não é o único. Em primeiro lugar, é bom esclarecer que desenvolvimento sustentável não

se restringe apenas a uma ação, como reduzir as emissões de gases que causam o efeito estufa (ARAÚJO & BARICHELLO, 2009). Se realizar apenas ações no sentido de reduzir as emissões dos gases estufa, teme-se que o planeta seja alterado de tal forma que, possivelmente, muitas espécies como as conhecidas agora deixarão de existir.

O termo desenvolvimento sustentável foi criado em 1987 no Relatório *Brundtland* da Organização das Nações Unidas que estabeleceu que desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que "satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades" (ESTENDER & PITTA, 2008; FERREIRA, PARDINI, TORRESI, 2010; AMÂNCIO, REIS & SILVA, 2011; BERMANN & DINIZ, 2012;). Ele deve considerar a sustentabilidade ambiental, econômica e sociopolítica. Dentro da questão ambiental (água, ar, solo, florestas e oceanos), ou seja, tudo que nos cerca precisa de cuidados especiais para que continue existindo. Portanto, a sustentabilidade econômica e sócio-política só têm existência se for mantida a sustentabilidade ambiental.

Tem-se notado uma preocupação crescente das empresas com responsabilidade empresarial e desenvolvimento sustentável. Os riscos envolvidos podem ser diretos, como passivos ambientais e ações legais ou riscos indiretos como comprometimento da imagem e consequente diminuição de vendas e do valor das ações (PEREZ, 2008).

A conservação do meio ambiente deve estar inserida em uma política de desenvolvimento do país, mas é importante enfatizar que ela não pode ser de apenas uma pessoa ou um governo. O meio ambiente deve ser um cuidado de todos com tudo. Os cidadãos devem estar permanentemente alertas para os perigos das ações mais inocentes que são realizadas no meio ambiente. Porém, mesmo com os alertas dos grupos ambientalistas, a população mundial só começou a tomar consciência do real problema com as graves alterações climáticas que estão ocorrendo e que certamente irão piorar nos próximos anos. (FERREIRA, PARDINI, TORRESI, 2010).

A sustentabilidade, nessa abordagem, reconhece as obrigações das organizações para com seus diferentes grupos de interesse e as ações que cumprem essas obrigações devem ser divulgadas como informação aos *stakeholders*. Porém a perspectiva acima é criticada conforme os autores, ela carece de evidências teóricas e empíricas que a sustente, caso não cumpra essa condição, poderá ser mais um modismo na área (JUNIOR, MALAQUIAS, SOUSA, 2008).

## 2.2 TRIPLE BOTTON LINE

Conforme Junior, Malaquias, Sousa (2008), na literatura internacional parece haver um consenso na noção de sustentabilidade fundada na ideia do *Triple Bottom Line*. Esse pensamento é bastante espalhado. Nele a sustentabilidade assume três dimensões: a ecológica, ou seja, o capital natural; a econômica, também reconhecida como capital artificial; e a social ou capital humano.

É uma ferramenta que mensura a sustentabilidade da empresa pela ótica interna, já pela ótica externa (*stakeholders*) analisa a necessidade de corrigir ou manter a sustentabilidade através do TBL. Com o tempo, os pilares tiveram sua denominação sutilmente modificada, tornando-se econômico, social e ambiental. Quando uma organização adota o *Triple Bottom Line*, sua filosofia considera prosperidade econômica, qualidade ambiental e justiça ambiental (CARVALHO & LOURENÇO, 2013). Se nenhum desses elementos estiver sustentável, o desenvolvimento geral também não estará.

Conforme Quelhas, Et Al, 2012, os três pilares se relacionam que a sua interseção resulta em viável, justo e vivível, e dos três resultaria no alcance da sustentabilidade. Ressalto que, recentemente, mais um pilar foi incorporado aos *Bottom lines*: o pilar cultural. No entanto, esse

pilar ainda não foi totalmente incorporado pelas organizações como forma de análise para a sustentabilidade.

### **2.2.1. DESEMPENHO FINANCEIRO**

Criação de empreendimentos viáveis, atraentes para os investidores. É o resultado econômico positivo, ou seja, proporcionar meios de prolongar a atividade levando em consideração o pilar social e ambiental.

Esse pilar avalia a lucratividade da empresa, medindo os resultados do negócio e quais as necessidades para crescer ou continuar crescendo, avaliando se seus empreendimentos são viáveis ou se suas atividades são economicamente sustentáveis (ESTENDER & PITTA, 2008; QUELHAS et al, 2012).

### **2.2.2. DESEMPENHO AMBIENTAL**

Esse pilar analisa a interação de processos com o meio ambiente sem causar-lhe danos permanentes e a preocupação relativa aos impactos das atividades humanas sobre o meio ambiente. Deve-se considerar o capital natural, ou seja, a base para a produção humana, os recursos disponibilizados pela natureza que devem ser preservados, sem afetar o equilíbrio da natureza de forma significativa (ESTENDER & PITTA, 2008; QUELHAS Et Al, 2012).

### **2.2.3. DESEMPENHO SOCIAL**

Conforme Quelhas et al, 2012, esse pilar estabelece ações justas para trabalhadores, parceiros e sociedade.

A maior preocupação deste pilar é com o bem-estar humano, a condição humana e os meios utilizados para aumentar a qualidade de vida e diminuindo a desigualdade entre os níveis da sociedade. De acordo com Estender e Pitta (2008), se o sistema social estiver equalizado, a questão ambiental e a econômica também irão progredir de maneira desejada.

## **2.3 ISE – ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL**

Conforme BM&BOVESPA é uma iniciativa pioneira na América Latina. O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) busca criar um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea e estimular a responsabilidade ética das corporações. Iniciado em 2005, foi originalmente financiado pela *International Finance Corporation* (IFC), braço financeiro do Banco Mundial, e seu desenho metodológico é responsabilidade do Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVCes) da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP).

O ISE é uma ferramenta para análise comparativa da *performance* das empresas listadas na BM&FBOVESPA sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa. Também amplia o entendimento sobre empresas e grupos comprometidos com a sustentabilidade, diferenciando-os em termos de qualidade, nível de compromisso com o desenvolvimento sustentável, equidade, transparência e prestação de contas, natureza do produto, além do desempenho empresarial nas dimensões econômico-financeira, social, ambiental e de mudanças climáticas (BM&FBOVESPA, 2013)

Ainda conforme BM&FBOVESPA, no Brasil essa tendência tem expectativa de que ela cresça e se consolide rapidamente. Atentas a isso, a BM&FBOVESPA, em conjunto com várias instituições – ABRAPP, ANBIMA, APIMEC, IBGC, IFC, Instituto ETHOS e Ministério do Meio Ambiente – decidiram unir esforços para criar um índice de ações que seja um referencial (“benchmark”) para os investimentos socialmente responsáveis, o ISE – Índice de

Sustentabilidade Empresarial. Nesse sentido, essas organizações formaram um Conselho Deliberativo presidido pela BM&FBOVESPA, que é o órgão máximo de governança do ISE e tem como missão garantir um processo transparente de construção do índice e de seleção das empresas. Posteriormente, o Conselho passou a contar também com o PNUMA, IBRACON e GIFE em sua composição. A Bolsa é responsável pelo cálculo e pela gestão técnica do índice.

## 2.4 GRI – GLOBAL REPORTING INITIATIVE

Segundo Carreira e Palma (2012) a *GRI - Global Reporting Initiative* é uma organização sem fins lucrativos, localizada na Holanda, que procura disponibilizar linhas orientadoras e matrizes de indicadores que permitem, a todas as organizações, estruturar o seu relato de sustentabilidade, em termos de conteúdo e abrangência.

O Relatório para Sustentabilidade Empresarial (*GRI - Global Reporting Initiative*) foi criado em 1997 pela ONG norte americana *Coalition for Environmentally Responsible Economies (CERES)* e pelo *United Nation's Environment Programme (UNEP)* (OLIVEIRA, CAMPOS, SEHNEM & ROSSETO, 2013). Representa uma organização baseada em uma rede pioneira com governança *multistakeholder* que colabora no desenvolvimento de regras globais para a elaboração de relatórios de sustentabilidade que incluem dimensões sociais, ambientais e econômicas da empresa (ROCHA, 2012)

Desde 2000, a *GRI - Global Reporting Initiative* apresenta modelos de relatórios de sustentabilidade que se tornaram padrão internacional. Seu propósito é fornecer um arcabouço para os relatórios que fortaleça as ligações entre os aspectos ambientais, econômicos e sociais do desempenho organizacional (AMANCIO, REIS, SILVA, 2011). De tempos em tempos, a GRI lança uma nova versão com a intenção de garantir a qualidade e a credibilidade dos relatórios, bem como a exigência e confiança do que contém em seus relatórios (CAMPOS, Et al, 2013).

Conforme Basseto, 2010, o modelo internacional *Global Reporting Initiative (GRI)* para a apresentação de Relatórios ganha cada vez mais importância. Sua estrutura concentra-se em dois pontos: comparabilidade e flexibilidade, a primeira está ligada à estrutura paralela aos relatórios financeiros e a segunda considera as diferenças legítimas entre organizações e entre setores da economia, acomodando essas diferenças de uma maneira flexível.

A *GRI* estabelece princípios essenciais para a elaboração de relatórios equilibrados e abrangentes sobre o desempenho econômico, ambiental e social de uma organização e esses representam metas que os elaboradores tentam atingir e também devem ser aplicados pelas organizações na elaboração de seus relatórios (BASSETTO, 2010; CORRÊA, RIBEIRO, RUIZ & 2012). Seu maior objetivo é tornar o balanço socioambiental cada vez mais popular e é um dos relatórios para se comparar o desempenho das empresas (ESTENDER & PITTA, 2008).

A adoção desses princípios pode apresentar as seguintes vantagens: visão abrangente do desempenho econômico, ambiental e social da organização, descrevendo a contribuição da organização ao desenvolvimento sustentável; comparar desempenhos ao longo do tempo e entre organizações distintas; e, imagem de credibilidade dos assuntos importantes para as partes interessadas. De acordo com as diretrizes para relatórios de sustentabilidade da *GRI* (2013), pode-se constituir, em alguns casos, a noção de que cada esfera deva ser analisada isoladamente. Assim, a definição do tipo “resultado triplo” (econômico, ambiental e social), atingiu um certo consenso como uma boa abordagem inicial para um assunto complexo (BASSETTO, 2010).

## 2.5 SETOR ELÉTRICO

### 2.5.1 HISTÓRIA DA ENERGIA:

A utilização da energia elétrica, no Brasil, iniciou-se em 1889 por iniciativa de um empresário de Juiz de Fora e desenvolveu-se essencialmente com capital do grupo canadense *Brascan*, proprietário da *LIGHT* (Light Serviços de Eletricidade) e da *AMFORP* (*American Foreign Power*) concessionárias dos serviços de geração e transmissão de energia elétrica nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Apenas em 1934, com o Código de Águas, o Estado regulamentou esses serviços. A partir dos anos 50, o desenvolvimento econômico se acelera passando a exigir grandes investimentos em infraestrutura. Com a criação da ELETROBRÁS (Centrais Elétricas Brasileiras), em 1961, processou-se a formação do setor elétrico como está organizado atualmente, com constituição das empresas estaduais, em geral responsáveis pela distribuição, enquanto as suas subsidiárias responsáveis pela construção de usinas geradoras (ENNES, 1995).

De acordo com a ABRADDEE – Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, 2013, a partir da década de 1990, buscando eficiência e autonomia econômica, o setor elétrico mundial começa a passar por reformas estruturais em sua forma de operação e os segmentos de geração, transporte e comercialização de energia passam a ser separados, sendo administrados e operados por agentes distintos. A principal ideia foi a de que a livre concorrência deveria prevalecer onde fosse possível, com a regulação do Estado. Por sua vez, os setores de transmissão e a distribuição, são considerados monopólios naturais, pois sua estrutura física torna economicamente inviável a competição entre dois agentes em uma mesma área de concessão. Nestes dois segmentos, predomina o modelo de regulação de preços ou regulação por incentivos (ABRADDEE, 2013).

#### **2.5.1.1 GERAÇÃO**

A geração é o segmento da indústria de eletricidade responsável por produzir energia elétrica e injetá-la nos sistemas de transmissão e distribuição para que chegue aos consumidores. Especificamente no Brasil, o segmento de geração é bastante pulverizado, segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), com 2.661 empreendimentos geradores (ABRADDEE, 2013).

#### **2.5.1.2 TRANSPORTE (TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO)**

O segmento de transmissão é aquele que se encarrega de transportar grandes quantidades de energia provenientes das usinas geradoras. A interrupção de uma linha de transmissão pode afetar cidades inteiras ou até mesmo estados.

O segmento de distribuição, por sua vez, é aquele que recebe grande quantidade de energia do sistema de transmissão e a distribui de forma pulverizada para consumidores médios e pequenos. (ABRADDEE, 2013).

#### **2.5.1.3 IMPORTÂNCIA DO SETOR PARA O BRASIL**

De acordo com a ANEEL-Agência Nacional de Energia Elétrica, 2013, órgão regulador, a energia, nas suas mais diversas formas, é indispensável à sobrevivência da espécie humana. E mais do que sobreviver, o homem procurou sempre evoluir, descobrindo fontes e formas alternativas de adaptação ao ambiente em que vive e de atendimento às suas necessidades. Em termos de suprimento energético, a eletricidade se tornou uma das formas mais versáteis e convenientes de energia, passando a ser recurso indispensável e estratégico para o desenvolvimento socioeconômico de muitos países e regiões. Os avanços tecnológicos em geração, transmissão e uso final de energia elétrica permitem que ela chegue aos mais escondidos lugares do planeta, transformando regiões desocupadas ou pouco desenvolvidas em pólos industriais e grandes centros urbanos.

Conforme Santos, Barbosa, Silva, Abreu. 2008, o sistema elétrico brasileiro é único no mundo. Sua flexibilidade permite até que a demanda por energia cresça antes da oferta. Essa flexibilidade decorre de o sistema ser uma única e grande reserva hídrica compartilhada, que funciona como uma imensa bateria, que pode produzir muito mais energia do que o consumo normal. Além disso, tem um dos menores custos operacionais e ambientais do planeta.

### 2.5.2 RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE DAS EMPRESAS DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA

A ANEEL, por meio do Despacho da ANEEL nº. 3.034 de 21/12/2006, instituiu o modelo para elaboração do Relatório de Responsabilidade Socioambiental das empresas de energia elétrica. Diante disso, optou-se em difundir nesta pesquisa o tema evidenciamento ambiental das empresas do setor elétrico brasileiro.

A ANEEL orienta que as empresas publiquem o balanço social (modelo IBASE) dentro dos relatórios socioambientais. Quanto ao modelo utilizado para a elaboração dos relatórios socioambientais, houve predominância das diretrizes da *GRI*, fato que já vem sendo discutido e demonstrado na literatura nacional e internacional.

## 3 METODOLOGIA

Quanto aos objetivos, esta pesquisa é descritiva, pois tem a finalidade de analisar os indicadores de desempenho conforme a *GRI* e práticas sustentáveis divulgados pelas doze maiores empresas do setor de energia elétrica, listadas e cotadas na BM&FBOVESPA como Nível 1 e Novo Mercado de Governança Corporativa. De acordo com Cervo, Bervian, da Silva (2007): “A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los”.

Quanto aos procedimentos, esta pesquisa é documental, pois utiliza como base de estudo a análise das informações divulgadas nos Relatórios de Sustentabilidade no período de 2010 a 2012 pelas empresas: CEEE, Cemig, Copel, CPFL, CTEEP, EDP, Eletrobrás, Equatorial, Light, MPX (não possui relatórios) e Tractebel e conforme Cervo, Bervian, da Silva (2007): “Pesquisa documental: são investigados documentos com o propósito de descrever e comparar usos e costumes, tendências, diferenças e outras características.”

As empresas Cemig, Cesp, CEEE, Copel, CTEEP e Eletrobrás, são cotadas como Nível 1, pois adotam práticas transparentes, divulgam informações adicionais às exigidas em lei e fácil acesso pelos investidores, já as empresas CPFL, EDP, Equatorial, Light, MPX e Tractebel são cotadas como Novo Mercado, pois possuem um padrão de governança corporativa altamente diferenciado e que possuem práticas de governança adicionais às exigidas pela legislação brasileira. Com relação à amostra, efetuou-se um corte de modo a analisar as empresas listadas na BM&FBOVESPA como Novo Mercado e Nível 1 de Governança Corporativa, por entender que possuíam um maior nível de *disclosure*.

Com relação à coleta de dados esta pesquisa utiliza como base as informações sustentáveis divulgadas nos relatórios de sustentabilidade organizacionais, essencialmente a evidenciamento dos indicadores de desempenho – *GRI* para análise do desempenho econômico, ambiental e social.

A verificação e o estudo das informações divulgadas pelas doze maiores empresas do setor de energia elétrica, foram realizados com intuito de comparar e identificar a evolução comportamental dos índices e indicadores em um período de três anos consecutivos, demonstrando as práticas sustentáveis adotadas pelas empresas do setor.

## 4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

#### **4.1 ANÁLISE COMPARATIVA DA DIVULGAÇÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS**

A tabela 1 foi elaborada através de uma compilação do período de 2010 a 2012 com as informações divulgadas pelas empresas CEEE, Cemig, Cemig, Copel, CPFL, CTEEP, EDP, Eletrobrás, Equatorial, Light, MPX e Tractebel, com intuito de demonstrar quais adotam e divulgam suas práticas sustentáveis anualmente, através da divulgação do relatório de sustentabilidade.

Tabela 1 – Empresas de Energia Elétrica, listadas no Nível 1 e Novo Mercado que publicaram o Relatório de Sustentabilidade nos respectivos anos

Item	Empresa	Nível de Governança	Relatório de sustentabilidade		
			2010	2011	2012
1	ELETROBRÁS	N1	Sim	Sim	Sim
2	CEMIG	N1	Sim	Sim	Sim
3	CESP	N1	Sim	Sim	Sim
4	CEEE	N1	Sim	Sim	Sim
5	COPEL	N1	Sim	Sim	Sim
6	CTEEP	N1	Sim	Sim	Sim
7	CPFL	NM	Sim	Sim	Sim
8	EDP	NM	Sim	Sim	Sim
9	LIGHT	NM	Sim	Sim	Sim
10	TRACTEBEL	NM	Sim	Sim	Sim
11	EQUATORIAL (Cemar)	NM	Sim	Sim	Sim
12	MPX	NM	Não	Não	Não

Fonte: Elaborado pelo autor

Ao analisar a tabela 1, pode-se observar que apenas a MPX não publicou o Relatório de Sustentabilidade em nenhum ano citado. Segundo informações da BM&FBOVESPA, considerando a necessidade de sistematização das informações coletadas no estudo interno desenvolvido pela Companhia para viabilizar a divulgação de informações sobre sustentabilidade no âmbito do padrão da *Global Reporting Initiative (GRI)*, a MPX pretende publicar seu Relatório de Sustentabilidade até 2014.

A posteriori buscou-se analisar de que forma as empresas ao longo dos anos divulgaram as informações, indicadores e índices em seus relatórios de sustentabilidade, para isto elaborou-se uma planilha comparativa por ano e por empresa, evidenciando a média anual dos seguintes tópicos: divulgação do balanço social – modelo IBASE, divulgação dos indicadores *GRI*, avaliação independente do relatório de sustentabilidade e aderência aos princípios ao Pacto Global como signatária.

Tabela 2 – Percentual médio de evidenciação realizada pelas onze empresas de 2010 a 2012.

EVIDENCIAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS RELATÓRIOS	2010	2011	2012
Divulgação do Balanço Social - Modelo IBASE	82%	100%	100%
Divulgação dos Indicadores GRI	91%	91%	91%
Declaração de exame da GRI	18%	36%	36%
Avaliação Independente do Relatório de Sustentabilidade	36%	55%	55%
Aderência os princípios ao Pacto Global como signatária	36%	73%	73%

Fonte: Elaborado pelo autor

Com relação à divulgação dos indicadores *GRI* não houve nenhuma evolução, pois em 3 (três) anos o percentual permaneceu o mesmo: 91%, o que demonstra que todas as empresas divulgam seus relatórios com base no GRI, porém nem todos os indicadores, e também nem todas as empresas apresentam a declaração de exame que a GRI disponibiliza àquelas que atendem os requisitos, observando que ainda está muito baixo, por outro lado a divulgação do balanço social – Modelo IBASE apresentou um aumento de 82% para 100% .

Pode-se observar que os tópicos Avaliação Independente do Relatório de Sustentabilidade e Aderência aos princípios ao Pacto Global como signatária apresentaram percentuais levemente crescentes, pois algumas empresas passaram a contratar auditores para certificar seus relatórios, transmitindo maior transparência e confiabilidade as partes relacionadas.

Ao se analisar verifica-se que quase todas as empresas mantiveram a divulgação do Balanço Social – Modelo IBASE em todos os períodos, apenas a empresa EDP e Equatorial não realizaram divulgação no período de 2010.

A partir de 2010, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas-IBASE, não mais prescreverá seu modelo padrão de Balanço Social por entenderem que esta ferramenta e esta metodologia já se encontram amplamente difundida entre empresas, consultorias e institutos que promovem a responsabilidade social corporativa no Brasil.

Com relação à divulgação dos Indicadores GRI, observa-se que todas as empresas divulgam seus relatórios com indicadores da GRI, com exceção da empresa Equatorial, que detém as ações da CEMAR, onde foi observado que havia divulgado os indicadores em 2010, porém já em 2011 e 2012 não houve divulgação nesse padrão. A partir de 2010 todas as empresas deveriam divulgá-los, devido à exigência do mercado e porque permitiria a comparabilidade a nível mundial com as demais empresas.

Pode-se perceber, que no período de 2010 a divulgação de uma auditoria independente não era adotada por todas as empresas, já nos períodos seguintes essa prática se aprimorou razoavelmente, mantendo a média de 55%. De acordo com o grau de evidenciação, nota-se que as empresas Cemig, CPFL, EDP, Eletrobrás e Tractebel optaram 100% por essa ação, fazendo com que as informações tivessem mais credibilidade.

#### 4.2 ANÁLISE DA EVIDENCIAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS INDICADORES GRI

Após análise das formas de divulgação das práticas de sustentabilidade, foi realizado um estudo mais abrangente sobre a utilização dos indicadores de desempenho *GRI* pelas empresas no período de três anos consecutivos.

O estudo foi subdividido nas categorias de indicadores de desempenho: econômico, ambiental e social. As tabelas foram elaboradas da seguinte forma, na primeira considerou-se o percentual médio anual de divulgação dos indicadores econômicos, e na segunda tabela a análise comparativa foi com base no percentual médio empresarial.

Tabela 3 – Divulgação dos Indicadores Econômicos por Ano – GRI

EVIDENCIAÇÃO DOS INDICADORES ECONÔMICOS	MÉDIA ANUAL			
	2010	2011	2012	Média Geral
EC1 - Valor econômico direto gerado e distribuído	82%	82%	91%	85%
EC2 - Implicações financeiras, riscos e oportunidades em razão de mudanças climáticas	45%	73%	82%	67%
EC3 - Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício	73%	73%	73%	73%
EC4 - Ajuda financeira significativa recebida do governo	36%	73%	64%	58%
EC5 - Variação da proporção do salário mais baixo comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes	64%	64%	82%	70%
EC6 - Políticas, práticas e gastos com fornecedores locais	64%	73%	91%	76%
EC7 - Procedimentos para contratação local e proporção de membros de alta gerência recrutados na comunidade local	82%	73%	73%	76%
EC8 - Investimentos em infraestrutura e serviços	64%	64%	73%	67%
EC9 - Descrição de Impactos Econômicos indiretos	36%	64%	64%	55%
<b>MÉDIA GERAL</b>	<b>61%</b>	<b>71%</b>	<b>77%</b>	

Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme demonstra a tabela 3 com relação à evidenciação dos indicadores de desempenho econômico, pode-se observar que no decorrer dos anos houve um aumento razoável, pois no período de 2010 apresentou-se uma média plausível de 61%, o que demonstra que a grande maioria das empresas divulgou, com exceção da CEEE que não divulgou nesse período nenhum dos indicadores. Já em 2011 e 2012 o cenário apontou o percentual de 71% e 77% consecutivamente, devido às empresas terem informado sua divulgação nesse aspecto, contudo, a empresa Equatorial não divulgou nenhum indicador em termos econômicos. As

companhias que se destacaram na evidencição dos indicadores econômicos foram a Cemig com 96%, Cesp com 89%, CTEEP com 89%, Light com 85% e Tractebel com 100%.

Os indicadores econômicos que apresentaram as maiores médias anuais de divulgação foram EC1 - Valor econômico direto gerado e distribuído com 85%, EC6 - Políticas, práticas e gastos com fornecedores locais e EC7 - Procedimentos para contratação local e proporção de membros de alta gerência recrutados na comunidade local, ambos com 76%.

Tabela 4 – Divulgação dos Indicadores Ambientais por Ano – GRI

EVIDENCIAÇÃO DOS INDICADORES AMBIENTAIS	MÉDIA ANUAL			Média Geral
	2010	2011	2012	
EN1 - Materiais usados	55%	73%	64%	64%
EN2 - Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem	45%	64%	64%	58%
EN3 - Consumo de energia direta	82%	82%	82%	82%
EN4 - Consumo de energia indireta	55%	64%	73%	64%
EN5 - Energia economizada em razão de melhorias em conservação	36%	64%	73%	58%
EN6 - Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis, e a redução na necessidade de energia resultante dessas iniciativas	73%	55%	73%	67%
EN7 - Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas	27%	64%	73%	55%
EN8 - Total de retirada de água	64%	82%	91%	79%
EN9 - Fontes hídricas afetadas por retirada de água	36%	45%	73%	52%
EN10 - Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada	27%	55%	55%	45%
EN11 - Área dentro de áreas protegidas, ou adjacente a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	64%	73%	55%	64%
EN12 - Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	64%	82%	64%	70%
EN13 - Habitats protegidos ou restaurados	82%	82%	82%	82%
EN14 - Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para gestão de impactos na biodiversidade	73%	82%	82%	79%
EN15 - Espécies em risco de extinção	45%	64%	55%	55%
EN16 - Total de emissões diretas e indiretas de gases causadores do efeito estufa	64%	73%	73%	70%
EN17 - Outras emissões indiretas relevantes de gases causadores do efeito estufa	55%	64%	64%	61%
EN18 - Iniciativas para reduzir as emissões de gases do efeito estufa e as reduções obtidas	73%	82%	82%	79%
EN19 - Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio	55%	73%	73%	67%
EN20 - Nox, Sox e outras emissões atmosféricas significativas	36%	64%	73%	58%
EN21 - Descarte total de água, por qualidade e destinação	64%	64%	73%	67%
EN22 - Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição	64%	73%	82%	73%
EN23 - Número e volume total de derramamentos significativos	36%	82%	73%	64%
EN24 - Peso de resíduos transportados considerados perigosos	55%	64%	73%	64%
EN25 - Corpos d'água e habitats afetados por descartes de água	18%	45%	64%	42%
EN26 - Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços	82%	73%	73%	76%
EN27 - Percentual de produtos e suas embalagens recuperados	18%	45%	55%	39%
EN28 - Multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais	45%	82%	73%	67%
EN29 - Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais	55%	73%	73%	67%
EN30 - Investimentos e gastos em proteção ambiental	82%	73%	73%	76%
EU13 - Indicador de Desempenho Ambiental - Biodiversidade	27%	55%	64%	48%
<b>MEDIA GERAL</b>	<b>53%</b>	<b>68%</b>	<b>71%</b>	<b>64%</b>

Fonte: Elaborado pelo autor

Com relação à divulgação dos relatórios de desempenho ambientais, conforme tabela 4, pode-se observar uma evolução ponderada, pois em 2010 a média percentual era de 53% e em 2012 migrou para 71%. Estes dados refletem o quanto as empresas estão a cada período empenhando-se em atuar no mercado com responsabilidade ambiental, essencialmente porque a atividade de energia elétrica impacta diretamente no meio ambiente. As empresas que apresentaram as médias mais relevantes quanto à divulgação dos indicadores ambientais foram Cemig com 95% e Cesp com 86%. O indicador ambiental que apresentou menor média anual de divulgação foi EN27 - Produtos e Serviços com 39%, pois em 2010, somente a Cesp e CPFL divulgaram esse indicador.

A seguir a tabela 5 avalia a evolução da divulgação dos indicadores de práticas trabalhistas. Estas foram elaboradas considerando o percentual médio anual de divulgação dos indicadores econômicos e o percentual médio empresarial.

Tabela 5 – Divulgação dos Indicadores Trabalhistas por Ano – GRI

EVIDENCIAÇÃO DOS INDICADORES TRABALHISTAS	MÉDIA ANUAL			
	2010	2011	2012	Média Geral
LA1 - Total de trabalhadores por tipo de emprego, contrato de trabalho e região	91%	73%	82%	82%
LA2 - Número total e taxa de rotatividade de empregados	82%	73%	82%	79%
LA3 - Benefícios tempo integral x temporários	64%	64%	73%	67%
LA4 - Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva	91%	73%	82%	82%
LA5 - Prazo mínimo para notificação de mudanças operacionais	45%	64%	73%	61%
LA6 - Empregados representados em comitês de saúde e segurança	73%	73%	82%	76%
LA7 - Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos	82%	73%	82%	79%
LA8 - Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco para empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves	91%	73%	82%	82%
LA9 - Temas de saúde e segurança cobertos em acordos sindicais	73%	64%	82%	73%
LA10 - Média de horas de treinamento	82%	73%	82%	79%
LA11 - Programas para empregabilidade	64%	64%	73%	67%
LA12 - Análise de desempenho e desenvolvimento de carreira	73%	73%	82%	76%
LA13 - Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e dos demais empregados	91%	73%	73%	79%
LA14 - Proporção de salário-base entre homens e mulheres	73%	64%	64%	67%
LA15 - Indicador de Desempenho Social - Emprego	0%	9%	45%	18%
<b>MÉDIA GERAL</b>	<b>72%</b>	<b>65%</b>	<b>76%</b>	<b>71%</b>

Fonte: Elaborado pelo autor

Ao analisar a tabela 5 pode-se observar que de 2010 à 2012 houve uma oscilação entre esses anos na divulgação dos indicadores de práticas trabalhistas, sendo 72% em 2010, caindo para 65% em 2011 e voltando a subir em 2012 com 79%. As empresas que mais se destacaram foram Cemig com 96%, CTEEP com 91%, EDP com 96% e Tractebel com 87%.

Os indicadores de desempenho que apresentaram média mais relevante, com 82% no período estudado foram LA1 – Total de trabalhadores por tipo de emprego, contrato de trabalho e região e LA8 – Programa de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco para empregados, familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves, pode-se perceber que, as empresas estão procurando controlar as horas de treinamentos aos colaboradores a fim de qualificá-los para desenvolver as atividades de forma mais eficaz e segura. Em contrapartida, o indicador mais baixo foi LA15 – Indicador de desempenho Social – emprego com 27%, pois somente a empresa Tractebel teve 100% nesse indicador, enquanto que a CEEE, Cesp, CPFL, Equatorial e Light não divulgaram.

Tabela 6 – Divulgação dos Indicadores de Direitos Humanos por Ano – GRI

EVIDENCIAÇÃO DOS INDICADORES DE DIREITOS HUMANOS	MÉDIA ANUAL			
	2010	2011	2012	Média Geral
HR1 - Contratos de investimentos significativos com cláusulas referentes a direitos humanos	64%	73%	82%	73%
HR2 - Empresas contratadas e fornecedores críticos submetidos a avaliações referentes a direitos humanos	73%	64%	82%	73%
HR3 - Treinamento em direitos humanos	27%	55%	82%	55%
HR4 - Número total de casos de discriminação	82%	73%	91%	82%
HR5 - Operações em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar em risco	73%	73%	91%	79%
HR6 - Operações de risco de ocorrência de trabalho infantil	91%	73%	82%	82%
HR7 - Operações de risco de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo	91%	73%	82%	82%
HR8 - Pessoal de segurança submetido a treinamento em direitos humanos	36%	55%	82%	58%
HR9 - Casos de violação de direitos indígenas	55%	64%	82%	67%
HR10 - Operações sujeitas a revisões e/ ou avaliações de impacto em relação a direitos humanos	0%	18%	45%	21%
HR11 - Número de queixas relacionadas a direitos humanos recebidas, tratadas e resolvidas por meio de mecanismos formais de reclamações	0%	18%	45%	21%
<b>MÉDIA GERAL</b>	<b>54%</b>	<b>58%</b>	<b>77%</b>	<b>63%</b>

Fonte: Elaborado pelo autor

Com relação à evidenciação dos indicadores de direitos humanos, tabela 6, observa-se uma evolução gradual a cada ano, pois em 2010, 54% dos indicadores eram divulgados, e em 2012 esta média percentual passou para 77%. Neste quesito, destaca-se que os indicadores HR10 - Operações sujeitas a revisões e/ ou avaliações de impacto em relação a direitos humanos e HR11 - Número de queixas relacionadas a direitos humanos recebidas, tratadas e resolvidas por meio de mecanismos formais de reclamações, apresentam menor média de divulgação com 21%, pois foram divulgados apenas pelas empresas EDP e Eletrobrás no ano de 2011, apenas pela Cemig, Copel, CTEEP, EDP e Eletrobrás no ano de 2012.

A tabela 7 avalia os indicadores de sociais – SO:

Tabela 7 – Divulgação dos Indicadores Sociais – SO por Ano – GRI

EVIDENCIAÇÃO DOS INDICADORES SOCIAIS-SO	MÉDIA ANUAL			
	2010	2011	2012	Média Geral
SO1 - Programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades	73%	73%	82%	76%
SO2 - Percentual e número total de Unidades de Negócio submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção	64%	64%	73%	67%
SO3 - Empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção	45%	64%	64%	58%
SO4 - Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção	91%	73%	82%	82%
SO5 - Participação na elaboração de políticas públicas e lobbies	91%	82%	73%	82%
SO6 - Valor total das contribuições financeiras e em espécie para partidos políticos	73%	73%	73%	73%
SO7 - Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio e seus resultados	55%	64%	73%	64%
SO8 - Valor monetário de multas significativas e número de sanções não monetárias de não conformidade com leis e regulamentos	45%	64%	73%	61%
SO9 - Operações com significativo potencial ou real impacto negativo sobre as comunidades locais	0%	18%	36%	18%
SO10 - Medidas de prevenção e mitigação implementadas nas operações com significativo potencial ou real impacto negativo sobre as comunidades locais	0%	18%	36%	18%
<b>MÉDIA GERAL</b>	<b>54%</b>	<b>59%</b>	<b>66%</b>	<b>60%</b>

Fonte: Elaborado pelo autor

Ao observar a tabela 7 pode-se verificar que houve uma pequena evolução nas médias anuais de divulgação dos indicadores, em 2010 apresentou-se uma média de 54% e 2012 a média evolui para 66%, subindo apenas 12 pontos percentuais na evolução dos três anos.

Neste tópico pode-se destacar que os indicadores SO9 - Operações com significativo potencial ou real impacto negativo sobre as comunidades locais e SO10 - Medidas de prevenção e mitigação implementadas nas operações com significativo potencial ou real impacto negativo sobre as comunidades locais, apresentaram menor média de divulgação, com apenas 18% cada indicador, pois foram divulgados apenas pela empresa EDP e Eletrobrás em 2011 e Copel, CTEEP, EDP e Eletrobrás no ano de 2012.

A empresa Equatorial destaca-se pelo baixo percentual médio de divulgação, com apenas 23%, e as empresas Cemig e Tractebel permanecem se destacando com as melhores médias de 80% cada.

Tabela 8 – Divulgação dos Indicadores Sociais – PR por Ano – GRI

EVIDENCIAÇÃO DOS INDICADORES SOCIAIS- PR	MÉDIA ANUAL			
	2010	2011	2012	Média Geral
PR1 - Avaliação dos impactos na saúde e segurança no ciclo de vida de produtos e serviços	55%	55%	55%	55%
PR2 - Casos de não conformidade a regulamentos de saúde e segurança	55%	45%	55%	52%
PR3 - Procedimentos de rotulagem	55%	55%	64%	58%
PR4 - Número de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados com informações e rotulagem	45%	36%	55%	45%
PR5 - Práticas relacionadas com a satisfação do cliente	64%	73%	82%	73%
PR6 - Adesão às leis, normas e códigos voluntários de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio	45%	64%	64%	58%
PR7 - Casos de não conformidade a regulamentos	45%	55%	73%	58%
PR8 - Reclamações comprovadas sobre violação de privacidade	55%	73%	64%	64%
PR9 - Multas por não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços	55%	73%	82%	70%
<b>MÉDIA GERAL</b>	<b>53%</b>	<b>59%</b>	<b>66%</b>	<b>59%</b>

Fonte: Elaborado pelo autor

Os indicadores sociais PR, tabela 8, apresentam uma sutil evolução, bem parecida com os indicadores sociais - SO ao longo dos três anos analisados, pois em 2010 apresentava uma média de 53% e em 2012 demonstrou média de 66%, o que confirma uma evolução paulatina de 13 pontos percentuais.

A empresa Cemig apresentou o percentual de 93% mais relevante dentre as demais empresas analisadas e a empresa Equatorial demonstrou um percentual reduzido de 26%, pois os indicadores PR6 - Adesão às leis, normas e códigos voluntários de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio divulgado pela empresa e o PR9-Multas por não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços não foram divulgados por essa empresa.

A seguir observa-se a tabela 9, elaborada com o intuito de consolidar todos os indicadores por categoria de desempenho: econômico, ambiental, social, práticas trabalhistas e direitos humanos, possibilitando uma visão macro das médias percentuais por ano e por empresa. Pode-se constatar que as categorias com médias mais representativas por ano foram práticas trabalhistas com 71%, seguida do desempenho econômico com 69% e desempenho ambiental com 64%, demonstrando que as empresas estão respeitando e realçando a capacidade de seus trabalhadores.

Tabela 9 – Evidenciação Consolidada por categoria de desempenho

DESEMPENHO ECONÔMICO	DESEMPENHO AMBIENTAL
----------------------	----------------------

	2010	2011	2012	Média
CEEE	0%	33%	78%	37%
Cemig	100%	89%	100%	96%
Cesp	78%	89%	100%	89%
Copel	22%	22%	100%	48%
CPFL	89%	100%	44%	78%
CTEEP	67%	100%	100%	89%
EDP	33%	100%	100%	78%
Eletrobrás	44%	44%	44%	44%
Equatorial	56%	0%	0%	19%
Light	78%	100%	78%	85%
Tractebel	100%	100%	100%	100%
<b>MÉDIA</b>	<b>61%</b>	<b>71%</b>	<b>77%</b>	<b>69%</b>

**DESEMPENHO EM PRÁTICAS TRABALHISTAS**

	2010	2011	2012	Média
CEEE	67%	0%	0%	22%
Cemig	93%	93%	100%	95%
Cesp	67%	93%	93%	84%
Copel	0%	0%	100%	33%
CPFL	93%	93%	80%	89%
CTEEP	80%	93%	100%	91%
EDP	93%	93%	100%	95%
Eletrobrás	73%	73%	80%	75%
Equatorial	60%	0%	0%	20%
Light	73%	93%	93%	86%
Tractebel	87%	87%	87%	87%
<b>MEDIA</b>	<b>71%</b>	<b>65%</b>	<b>76%</b>	<b>71%</b>

**DESEMPENHO SOCIAL-SO**

	2010	2011	2012	Média
CEEE	50%	0%	30%	27%
Cemig	80%	80%	80%	80%
Cesp	50%	80%	80%	70%
Copel	20%	10%	100%	43%
CPFL	80%	80%	10%	57%
CTEEP	50%	60%	100%	70%
EDP	0%	100%	100%	67%
Eletrobrás	60%	80%	80%	73%
Equatorial	70%	0%	0%	23%
Light	50%	80%	70%	67%
Tractebel	80%	80%	80%	80%
<b>MÉDIA</b>	<b>54%</b>	<b>59%</b>	<b>66%</b>	<b>60%</b>

	2010	2011	2012	Média
CEEE	45%	13%	26%	28%
Cemig	87%	97%	100%	95%
Cesp	58%	100%	100%	86%
Copel	45%	45%	100%	63%
CPFL	87%	94%	32%	71%
CTEEP	23%	68%	100%	64%
EDP	0%	100%	100%	67%
Eletrobrás	68%	68%	68%	68%
Equatorial	39%	0%	0%	13%
Light	61%	90%	74%	75%
Tractebel	74%	74%	77%	75%
<b>MÉDIA</b>	<b>53%</b>	<b>68%</b>	<b>71%</b>	<b>64%</b>

**DESEMPENHO EM DIREITOS HUMANOS**

	2010	2011	2012	Média
CEEE	36%	0%	45%	27%
Cemig	55%	82%	100%	79%
Cesp	64%	82%	82%	76%
Copel	18%	0%	100%	39%
CPFL	82%	73%	64%	73%
CTEEP	36%	64%	100%	67%
EDP	82%	100%	100%	94%
Eletrobrás	55%	73%	100%	76%
Equatorial	45%	0%	0%	15%
Light	36%	82%	73%	64%
Tractebel	82%	82%	82%	82%
<b>MEDIA</b>	<b>54%</b>	<b>58%</b>	<b>77%</b>	<b>63%</b>

**DESEMPENHO SOCIAL-PR**

	2010	2011	2012	Média
CEEE	0%	11%	11%	7%
Cemig	100%	78%	100%	93%
Cesp	44%	100%	100%	81%
Copel	0%	0%	100%	33%
CPFL	100%	71%	11%	61%
CTEEP	33%	100%	100%	78%
EDP	0%	100%	100%	67%
Eletrobrás	56%	71%	55%	61%
Equatorial	78%	0%	0%	26%
Light	67%	100%	100%	89%
Tractebel	100%	33%	44%	59%
<b>MÉDIA</b>	<b>53%</b>	<b>60%</b>	<b>66%</b>	<b>59%</b>

Fonte: Elaborado pelo autor

Logo, tabela 10, verifica-se a média de desempenho geral por empresa.

Tabela 10 – Evidenciação de desempenho geral

<b>DESEMPENHO GERAL</b>					
	TRABALHISTA	DIR. HUMANOS	SOCIAL SO	SOCIAL PR	Média
CEEE	27%	27%	27%	7%	22%
Cemig	80%	79%	80%	93%	83%
Cesp	70%	76%	73%	81%	75%
Copel	43%	39%	41%	33%	39%
CPFL	57%	73%	65%	61%	64%
CTEEP	70%	67%	68%	78%	71%
EDP	67%	94%	80%	67%	77%

Eletrobrás	73%	76%	75%	61%	71%
Equatorial	23%	15%	19%	26%	21%
Light	67%	64%	65%	89%	71%
Tractebel	80%	82%	81%	59%	76%
<b>MEDIA</b>	<b>60%</b>	<b>63%</b>	<b>61%</b>	<b>59%</b>	<b>61%</b>

Fonte: Elaborado pelo autor

Constata-se que a Cemig é empresa que mais se destaca, com melhores médias percentuais de divulgação no período de 2010 à 2012.

## 5 CONCLUSÃO

O objetivo principal desta pesquisa foi compreender de que forma as maiores e melhores empresas do setor elétrico listadas e cotadas pela BM&FBOVESPA como Nível 1 e Novo Mercado divulgam aos interessados, suas práticas sustentáveis e indicadores de desempenho econômico, social e ambiental.

As análises resultaram em uma evolução razoável de 2010 a 2012, pois a grande maioria das empresas do setor elétrico divulgam suas informações aderindo às práticas da *GRI – Global Reporting Initiative*. Observa-se que, algumas empresas devem adequar as informações de seus relatórios às exigidas pela *GRI*, do mesmo modo que Cemig e Tractebel vem informando, pois são referência com seus relatórios bem elaborados, claros, polidos, além de estarem praticamente completos com todas as práticas sustentáveis.

Com relação aos indicadores sociais e humanos, todas as empresas ainda precisam obter uma melhora coerente, principalmente as empresas CEEE e Equatorial.

As dificuldades e limitações encontradas nesta pesquisa para compilar os dados existentes em doze relatórios analisados, foram a ausência de relatórios e obstáculos por padrões diferenciados.

Como sugestão para novas iniciativas, a pesquisa poderá ser aprofundada com mais empresas do setor elétrico ou mesmo com empresas de outro setor e que causam os mesmos impactos ou mesmo comparando com empresas de outro segmento e com mais um período.

Concluindo, os relatórios demonstraram que mesmo fazendo parte do mesmo setor: elétrico, as empresas não estão em um nível semelhante de aderência aos indicadores da *GRI*.

## REFERÊNCIAS

ABRADEE-ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS DISTRIBUIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA. Visão geral do setor elétrico. Disponível em: <<http://www.abradee.com.br/setor-eletrico/visao-geral-do-setor/>>. Acesso em 05/10/2013

ABREU, R. S. Et al.. Por que as tarifas foram para os céus? Propostas para o setor elétrico brasileiro – **Revista do BNDES**, v.14, n.29, p.435-474, jun, Rio de Janeiro, 2008.

AMÂNCIO, R.; REIS, R. P.; SILVA, S. S.. Paradigmas ambientais nos relatos de sustentabilidade de organizações do setor de energia elétrica – **RAM – Revista de Administração do Mackenzie**, v.12, n.3, Edição especial, São Paulo, 2011.

ANEEL - AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. Despacho nº.3.034 de 21/12/2006. Disponível em: <[http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/leitura\\_arquivo/arquivos/Despacho-3073-2006-public2.pdf/](http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/leitura_arquivo/arquivos/Despacho-3073-2006-public2.pdf/)>. Acesso em 05/10/2013.

ANEEL - AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. A importância do setor elétrico. Disponível em:

<<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/atlas/introducao/introducao.htm>>. Acesso em 05/10/2013.

BARICHELLO, S. E.; ARAUJO, L. E. B.. O Princípio do poluidor pagador e os mecanismos de flexibilização no protocolo de Kyoto – **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 50, p. 2546, São Paulo, 2002.

BASSETO, L.I.. A incorporação da responsabilidade social e sustentabilidade: um estudo baseado no relatório de gestão 2005 da companhia paranaense de energia – COPEL – **Revista G&P**, v.17, n.3, p.639-651, São Carlos, 2010.

BORGES, F. Q.. Administração pública do setor elétrico: indicadores de sustentabilidade no ambiente residencial do estado do Pará – **RAP-Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 3, p. 737-751, Rio de Janeiro, 2012.

CAMPOS, L. M. S. Et al.. Relatórios de sustentabilidade segundo a Global Reporting Initiative (GRI): uma análise de correspondências entre os setores econômicos brasileiros – **Produção**, version ISSN 0103-6513, Rio de Janeiro, 2013.

CARREIRA, F.A.; PALMA, C. M.. Análise comparativa dos relatórios de sustentabilidade das empresas brasileiras, espanholas, portuguesas e Andorra – **Revista Universo Contábil**, ISSN 1809-3337, v.8, n.4, p.140-166, Blumenau, 2012.

CARVALHO, D.; LOURENÇO, M. L.. Sustentabilidade social e desenvolvimento sustentável – **RACE – Revista de Administração, Contabilidade e Economia** – Unoesc, v.12, n.1, p.9-38, jan/jun, Joaçaba, 2013.

CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A.; DA SILVA, R. **Metodologia científica**. 6ª. Ed. Pearson, 2006

CORRÊA, R. Et al.. Evolução dos níveis de aplicação de Relatórios de Sustentabilidade (GRI) de empresas do ISE/BOVESPA – **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v.7, n.2, jul/dez, Rio de Janeiro, 2012.

DINIZ, E. M.; BERMAN Economia verde e sustentabilidade – **Instituto de Estudos Avançados da Universidade da USP**, v.26, n74, São Paulo, 2012.

ELER, M. N.; MILLANI, T. J.. Métodos de estudos de sustentabilidade aplicados a aquicultura – **Revista Brasileira de Zootecnia**, v.36, Suplemento especial, p.33-44, São Carlos, 2007.

ENNES, S. A. W.. Privatização do setor elétrico: de volta ao futuro ou um passo para o passado? – **RAE – Revista de Administração de empresas**, v.35, n.1, p.17-22, mar/abr, São Paulo, 1995.

ESTENDER, A. C.; PITTA, T. T. M.. O conceito do desenvolvimento sustentável – **Revista Terceiro Setor**, v.2, n.1, UnG, São Paulo, 2008.

FARIA, E. C.; NOGUEIRA, E. P.. Sustentabilidade nos principais banco brasileiros: uma análise sob a ótica da Global Reporting Initiative – **Revista Universo Contábil**, ISSN 1809-3337, v.8, n.4, 119-139, Blumenau, 2012.

FERREIRA, V. F.; PARDINI, V. L.; TORRESI, S. I. C.. O que é sustentabilidade? - **Revista Química Nova**, v.33, n.1,5 - São Paulo, 2010.

FGV. Relatórios de sustentabilidade: comparabilidade requer atenção. Disponível em: <<http://www.pagina22.com.br/index.php/2013/07/relatorios-de-sustentabilidade-comparabilidade-requer-atencao/>>. Acesso em 13/08/2013.

GRI – GLOBAL REPORTING INITIATIVE. Sobre a GRI. Disponível em:  
<<https://www.globalreporting.org/languages/Portuguesebrazil/Pages/default.aspx/>>. Acesso em 17/08/2013.

IBRACON-INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL. NBC TO 3000. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br/ibracon/portugues/downloadfile.php?/>>. Acesso em 05/10/2013.

JUNIOR, V. M. V.; MALAQUIAS, R. F.; SOUSA, E. G.. Controladoria como uma opção à sustentabilidade econômica nas organizações de Terceiro Setor: o caso de uma associação – **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v.1, n.9, enero-junio, pp.131-151, Santa Catarina, 2008.

MAÇAMBANNI, T.A. Et al. Evidenciação socioambiental: uma análise do Balanço Social de empresas do setor elétrico que atuam nas regiões sul e nordeste do Brasil – **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade GeAS** – v.2, nº1, p 123-142, São Paulo, 2013.

PEREZ, F.. **A evolução dos relatórios de sustentabilidade no setor de mineração**, 2008. 136 p. – Dissertação de mestrado – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo - Departamento de Engenharia de Minas e Petróleo, São Paulo, 2008.

QUELHAS, O. L. G.; SILVA, L. S. A.. Sustentabilidade empresarial e o impacto no custo de capital próprio das empresas de capital aberto – **G&P – Gestão e Produção**, v.13, n.3, p.385-395, set-dez, Rio de Janeiro, 2006

ROCHA, T. A. C.. **Análise do relatório GRI enquanto ferramenta para a mensuração da Sustentabilidade empresarial**, Ribeirão Preto, 2012, 113p – Dissertação de mestrado – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.